



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS DESTINADAS AOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES AIMED AT STUDENTS TARGETING SPECIAL EDUCATION

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS DIRIGIDAS A LOS ESTUDIANTES PÚBLICOS DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL

Ana Flávia de Oliveira



Graduanda em Pedagogia

(Unicesumar)

anaflaviaolivz@gmail.com

Mariane Pereira Leal



Graduanda em Pedagogia

(Unicesumar)

mariane.pereira.leal@hotmail.com

[m](#)

Gabriela Chem de Souza do Rosário



Mestre em Educação (UEPG)

Docente do curso de Pedagogia

Unicesumar – Campus Ponta

Grossa

gabriela.rosario@unicesumar.edu.br

[br](#)

Resumo

A presente pesquisa é uma revisão bibliográfica desenvolvida com caráter qualitativo segundo encaminhamentos de pesquisas do tipo estado do conhecimento. O objetivo aqui foi ressaltar práticas pedagógicas inclusivas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A coleta de dados dentro da temática foi desenvolvida por meio da busca de artigos, teses e dissertações, nas plataformas Scielo e Capes, entre os anos de 2015-2020. A partir dos trabalhos selecionados, foram organizadas duas categorias, a saber: Práticas pedagógicas desenvolvidas e esperadas na escola; Formação dos professores sobre a Educação Especial. Constatou-se que as práticas pedagógicas, em certa medida, são desenvolvidas e esperadas no contexto da inclusão. Contudo, elementos como a necessidade de formação docente para desenvolvê-las e ambientes que colaborem com sua concretização dificultam que tais práticas ocorram. O pequeno número de produções científicas que deem visibilidade às práticas pedagógicas apresenta-se como uma lacuna, expressando a carência de produções na área.

Palavras-chave: Inclusão. Estado do Conhecimento. Prática Pedagógica.

Recebido em: 5 de abril de 2021.

Aprovado em: 8 de julho de 2021.

Como citar esse artigo (ABNT):

OLIVEIRA, Ana Flávia de; LEAL, Mariane Pereira; ROSÁRIO, Gabriela Chem de Souza do. Práticas pedagógicas inclusivas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 3, e075, 2021.

<http://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n3.e075.id1075>



Abstract

This research is a bibliographic review developed with a qualitative character according to state of knowledge research guidelines, aimed to highlight inclusive pedagogical practices aimed at students targeting Special Education in the early years of Elementary School. The collection of data within the theme was developed through the search for articles, theses and dissertations, on the Scielo and Capes platforms, between the years 2015-2020. From the selected works, two categories were organized, namely: Pedagogical practices developed and expected at school; Teacher education on Special Education. It was found that the pedagogical practices to some extent are developed and also expected in the context of inclusion, however, elements such as the need for teacher training to develop them and environments that collaborate with their implementation make it difficult for such practices to occur. The small number of scientific productions that give visibility to pedagogical practices presents itself as a gap, expressing the lack of productions in the area.

Keywords: Inclusion. State of Knowledge. Pedagogical Practice.

Resumen

La investigación es una revisión bibliográfica desarrollada con carácter cualitativo segundo enfoques metodológicos de estudios del tipo estado del conocimiento, tuvo como objetivo destacar prácticas pedagógicas inclusivas dirigidas a los estudiantes público de la Educación Especial en los primeros años de la escuela primaria. La recopilación de datos de investigación dentro del tema fue desarrollada a través de la búsqueda de artículos, tesis y disertaciones, en las plataformas Scielo y Capes, entre los años 2015-2020. Por medio de las obras seleccionadas se organizaron dos categorías, a saber: Prácticas pedagógicas desarrolladas y esperadas en la escuela; Formación del profesorado en Educación Especial. Se concluyó que las prácticas pedagógicas hasta cierto punto son desarrolladas y esperadas en lo contexto de la inclusión, pero, elementos como la necesidad de formación del profesorado para las desarrollar y entornos que colaboran con su implementación dificultan que se produzcan este tipo de prácticas. El pequeño número de producciones científicas que dan visibilidad a las prácticas pedagógicas se presenta como una brecha, expresando la falta de producciones en el área académica.

Palabras clave: Inclusión. Estado del Conocimiento. Práctica Pedagógica.



1 INTRODUÇÃO

As demandas inclusivas sociais assumem novos contornos com a Constituição de 1988, que, por meio dos anseios democráticos que a originaram, abriu espaço para novas discussões sobre igualdade de direitos e participação social. Esses delineamentos chegaram ao espaço escolar, onde os pressupostos inclusivos ganharam ênfase por meio de documentos legais. Dentre estes, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996 (LDBEN), que expressa a ação inclusiva referindo-se à garantia de acesso aos estudantes público-alvo da Educação Especial ao ensino regular.

A LDBEN define em seu capítulo V, Art.58 que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, p. 23). O artigo 58 delimita, portanto, o público-alvo da Educação Especial.

De acordo com a LDBEN, define-se como tema e objeto de pesquisa as práticas pedagógicas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial, com a seguinte problemática: Quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas para os estudantes público-alvo da Educação Especial com vistas à inclusão e à aprendizagem? Como as pesquisas têm apresentado tais práticas? Essas questões são norteadas a partir da compreensão da inclusão como um

[...] termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos. Uma sociedade em que há inclusão é uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal (MADER, 1997, p. 47).

A aceitação de todos os indivíduos perante a sociedade inclui participação, respeito e liberdade, conceitos presentes no campo educacional, sendo este um espaço também social. A ideia de inclusão se constitui como uma forma radical e completa de inserção e participação de todos os indivíduos. De acordo com Mantoan (2003, p. 141),

[...] a meta primordial da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar apenas somente os alunos que possuem dificuldade na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Promover ações inclusivas no contexto educativo constitui-se como um desafio que requer um somatório de esforços para que a efetivação da inclusão ocorra. Glat (1995)



problematiza as formas como as pessoas com deficiência conseguirão ou não participar ativamente da sociedade, elencando as muitas formas de exclusão e as dificuldades de relacionamento que esta população enfrenta diante da sociedade dita normal.

Tomando por base o pensamento da autora, pode-se pensar que o campo educacional favorece um espaço para o desenvolvimento de aspectos inclusivos. Mesmo diante de todas as possíveis dificuldades, os profissionais atuantes nesse espaço - como professores, funcionários e gestores - podem facilitar o processo de inclusão. Tendo o que foi exposto em mente, elencou-se como objetivo geral da presente pesquisa ressaltar práticas pedagógicas inclusivas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como objetivos específicos: verificar as áreas do conhecimento nas quais as práticas pedagógicas estão relacionadas e também analisar as práticas pedagógicas inclusivas, seus limites e potencialidades.

O estudo das formas como os docentes têm desenvolvido práticas pedagógicas inclusivas voltadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial se faz necessário para divulgar tais ações, possibilitar reflexões sobre como se constituem essas práticas, assim como refletir em suas contribuições ao campo teórico, e evidenciar lacunas para que pesquisas futuras sejam desenvolvidas.

A pesquisa é composta por reflexões acerca do paradigma inclusivo, seguidas pelos encaminhamentos da pesquisa. Após, encontra-se a análise dos dados obtidos, que foi organizada em duas categorias, a saber: Práticas pedagógicas desenvolvidas e esperadas na escola; Formação dos professores sobre a Educação Especial. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

2 REFLEXÕES SOBRE O PARADIGMA INCLUSIVO

O ambiente escolar é complexo. Essa complexidade pode resultar em alguns momentos de excesso do formalismo e da burocracia. Romper com essa estrutura, como é proposto na inclusão, é a forma de a escola cumprir sua ação formadora para todos os indivíduos que a compõem.

A inclusão tem papel fundamental para alcançar a mudança almejada para o ambiente escolar (MANTOAN, 2003) e pode ser compreendida como um novo paradigma educacional, o qual defende a matrícula de todos os estudantes na escola regular com o amparo da legislação vigente, que prevê que os estudantes público-alvo da Educação Especial tenham sua matrícula efetivada preferencialmente em classes comuns (BRASIL, 1996). Dessa forma, os espaços



escolares nos anos iniciais do Ensino Fundamental devem estar preparados para receber todos os alunos, sem que haja segregação do público-alvo da Educação Especial em espaços diferenciados ou nas atividades em sala de aula. Busca-se que o ensino-aprendizagem seja desenvolvido de forma a atender às necessidades de cada aluno, sem que este se sinta excluído (SASSAKI, 1997).

A escola atual almeja a construção do paradigma inclusivo, mas nem sempre essa foi a realidade. Houve tempos em que a inclusão foi limitada pela visão de privilégio de um grupo, onde imperava a separação explícita dos estudantes em razão das características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, que privilegiava alguns ao excluir outros. Tal exclusão foi validada por políticas e práticas educacionais que mantinham a ordem social. Mesmo com a democratização da educação, fica claro o paradoxo de inclusão/exclusão, já que mesmo com a universalização do ensino, os grupos considerados fora dos padrões da escola continuavam excluídos (BRASIL, 2008).

Mantoan (2003) pontua que a estrutura escolar é montada em cima de uma visão fragmentada, que apresenta divisões em vários setores da escola, como: estudantes considerados dentro dos padrões e aqueles que são público-alvo da Educação Especial; os professores que são especialistas para as diversas manifestações das diferenças e os professores para o ensino regular; assim como modalidades de Educação Regular e Educação Especial. Dentro do público-alvo da Educação Especial, Moura (2008, p. 45) defende que

Cada nomenclatura expõe um aspecto, projeta uma face, forma, conforma e/ou deforma de um jeito. É quando os diversos olhares ocasionam as múltiplas conotações, denotações e terminologias definidoras daqueles que "desviam", ou "subvertem" a ordem normal da genética, seja pela anatomia, seja pela fisiologia, fugindo, portanto, ao padrão social dominante.

Portanto, a partir da ideia da autora, percebe-se que a escola, em muitos casos, possui um olhar de diferenciação e comparação dos alunos, das suas necessidades e de qual a metodologia adequada para trabalhar com cada um. Acontece então, a separação dos estudantes considerados dentro dos padrões dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Segundo Sasaki (1997, p. 122) fazer inclusão é diferente de

1. “Descarregar” sem preparação ou suportes – estudantes portadores de deficiência em salas de aulas comuns e ambientes comunitários;
2. Ignorar as necessidades individuais do estudante mediante decisões (sobre designação de sala ou instrução) baseadas em seus tipos de deficiências;
3. Expor estudantes a perigos ou riscos desnecessários;



4. Colocar demandas desmedidas sobre professores e diretores violando a ideia da proporção natural e sobrecarregando escolas com mais estudantes do que elas podem normalmente suportar;
5. Ignorar as preocupações dos pais mediante designação de sala e decisões instrucionais sem a decisão deles;
6. Limitar oportunidades integradas para estudantes deficientes às atividades “especiais” (em arte, música, reuniões), quaisquer que sejam suas necessidades individuais.

Portanto, a educação inclusiva significa a equidade na promoção de oportunidades a todos os estudantes. Isso implica a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial, para que recebam suporte, serviços educacionais e suplementares, bem como auxílio e apoio em classes adequadas à sua idade na escola, com o intuito de prepará-los para uma vida prolífera na sociedade em que vivem (Centro Nacional de Reestruturação e Inclusão Educacional 1994, apud Sasaki, 1997, p. 122).

Mantoan (2003, p. 13) afirma que “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. Aqui se apresenta um paradoxo, como esclarece Morin (2001), pois a reforma das instituições implica antes na reforma das mentes. No entanto, não há como reformar mentes sem antes uma breve reforma institucional. Compreende-se que a inclusão almeja a aprendizagem de todos os alunos, nessa direção se faz necessário que a intencionalidade do ensino contemple o paradigma inclusivo. Assim, as práticas pedagógicas diferenciadas que buscam atender às necessidades de aprendizagem de cada educando e suas especificidades, sem que haja segregação em sala de aula, são fundamentais.

É um desafio estabelecer uma escola em uma perspectiva inclusiva, que disponibilize uma educação de forma adequada para uma diversidade de estudantes, principalmente havendo estudantes público-alvo da Educação Especial que possuem ritmos de aprendizagem diferenciados, de modo que se faz necessário docentes detentores de conhecimentos teórico-práticos, reflexões, metodologias, estratégias de ensino, recursos e perspectivas avaliativas que tragam a possibilidade ao professor de acompanhar o desenvolvimento individual de cada aluno em sala de aula dentro de suas potencialidades e dificuldades.

Assim sendo, deve existir investimento na formação inicial desses profissionais da educação inclusiva para um trabalho pedagógico que traga resultados e avanços para o sistema educacional. Essa discussão é apontada por Mantoan, a qual defende que “todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que



os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças” (MANTOAN, 2003, p. 25).

Essas ações são situadas no âmbito das práticas pedagógicas, que são desenvolvidas diante das intencionalidades e dos objetivos do ato educativo. Pode-se concebê-las como uma ação realizada através da cientificidade e da práxis. Franco (2002, p. 117) assevera que

A prática pedagógica ancorada na ciência da Pedagogia, deve:

- Esclarecer, transformar e orientar a práxis educativa, para finalidades sociais e coletivas, finalidades essas extraídas do seio da práxis (portanto, das ações dos próprios sujeitos e não impostas por legisladores ou administradores), dando direção de sentido às práxis dentro dos princípios da ética emancipatória; e
- Organizar ações para concretizar as propostas coletivas emergentes do exercício coletivo da práxis.

Reflete-se que as práticas pedagogicamente construídas se dão a partir da mediação humana e toda a sua construção baseia-se na intencionalidade que lhe é proposta. A reflexão e elaboração de encaminhamentos para que o proposto por meio das intencionalidades se concretize também é fundamental para que a prática seja pedagógica, pois estas são práticas sociais (FRANCO, 2016). Quando situadas em intencionalidades inclusivas, as práticas pedagógicas contribuem para promover processos em prol do ensino e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial com vistas ao desenvolvimento desses, extrapolando a assimilação de conteúdo apenas.

O caráter social de uma prática pedagógica fica evidente quando questões mais amplas do que ensinar um conteúdo entram em discussão. Como Franco (2016) pontua: as demandas da comunidade social se fazem presentes na prática pedagógica, assim como a demanda inclusiva se faz presente nos diferentes espaços educacionais da sociedade. Quando situadas na perspectiva da inclusão educacional, as práticas pedagógicas visam atingir fins de aprendizagens aos estudantes que requerem, em diferentes momentos de estratégias de ensino, conteúdos e tempos diferenciados, demandando novas maneiras de pensar e agir do docente.

Nessa direção, a autora indica que

As práticas pedagógicas incluem desde o planejamento e a sistematização da dinâmica dos processos de aprendizagem até a caminhada no meio de processos que ocorrem para além da aprendizagem, de forma a garantir o ensino de conteúdos e atividades que são considerados fundamentais para aquele estágio de formação do aluno, e, por meio desse processo, criar nos alunos mecanismos de mobilização de seus saberes anteriores construídos em outros espaços educativos. O professor, em sua prática pedagogicamente estruturada, deverá saber recolher, como ingredientes do ensino, essas aprendizagens de outras fontes, de outros mundos, de outras lógicas, para incorporá-las na qualidade de seu processo de ensino e na ampliação daquilo que se reputa necessário para o momento pedagógico do aluno (FRANCO, 2016, p. 547).



O docente, no contexto da inclusão em sala de aula, precisa estar comprometido com o seu trabalho e disposto a atualizar seu conhecimento para estar preparado para desenvolver práticas pedagógicas significativas. Visando à qualificação dos profissionais no ambiente escolar, o MEC criou, em 2003, o Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade, para preparar gestores e professores para o sistema educacional inclusivo. Porém, mesmo existindo leis e programas para garantir direitos e oferecer oportunidades para os estudantes público-alvo da Educação Especial, é importante que os profissionais sejam informados e qualificados, para que possam colocar em prática essas propostas. Nesse sentido, Carvalho (2010, p. 160) afirma

Para incluir (inserir, colocar) um aluno com características diferenciadas numa turma dita comum, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam, com sucesso, que ele se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura. Tarefa complexa, sem dúvida, mas necessária e possível.

Assim, a inclusão demanda ações e práticas diferenciadas no âmbito educacional, pensar novas formas de encaminhar o ensino e a aprendizagem dos estudantes é necessário. Cabe também à formação de docentes oferecer maiores oportunidades de debates e discussões sobre as dificuldades de aprendizagem que podem ser encontradas em sala de aula e a melhor forma de superá-las. Muitos profissionais, mesmo formados, ainda se sentem inseguros quando se deparam em sua sala de aula com um aluno que possui obstáculos em sua aprendizagem, quer tenha algum tipo de limitação ou não. É necessário que o professor saia de sua zona de conforto, faça o aluno se sentir acolhido e incluído na rotina em sala de aula e principalmente flexionar o currículo em situações que se faça necessário.

3 ENCAMINHAMENTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica com caráter qualitativo, utilizando encaminhamentos de pesquisas “tipo estado do conhecimento”. Pesquisas qualitativas abordam as relações humanas por meio da consideração do contexto; da percepção do ambiente onde as relações se desenvolvem e isso é fundamental para que os dados possam ser melhor compreendidos. Bogdan e Biklen (1994) apontam que os elementos de análise na pesquisa qualitativa não podem ser percebidos de forma isolada, sendo necessária a fidelidade do pesquisador ao que foi por ele constatado. Todo o processo de coleta de dados deve ser valorizado e não apenas o que seria compreendido como resultado final.

A partir dessa intencionalidade, a pesquisa se desenvolveu na biblioteca eletrônica SciELO - (Scientific Electronic Library Online), por meio do levantamento de artigos, e no



Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, por meio do levantamento de teses e dissertações. Os encaminhamentos a serem utilizados advêm de pesquisas “tipo estado do conhecimento”, que, segundo Romanowski e Ens (2006), são pesquisas que abordam um setor mais restrito de publicações. Essas pesquisas são justificadas pelas autoras ao dizerem que “faltam estudos que realizem um balanço e encaminhem para a necessidade de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 38).

Em primeiro momento, a busca foi realizada na plataforma SciELO, com o objetivo de encontrar artigos na temática práticas pedagógicas inclusivas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Para refinar a busca foram utilizados três filtros: Em Coleções, a opção Brasil foi selecionada; Em Idioma, a opção português foi selecionada; E em Ano, foram delimitados trabalhos de 2015 a 2020. Para a busca, foram utilizadas três combinações, cada combinação constituída de três palavras. Foram utilizados asteriscos depois de cada palavra, ampliando o campo de busca que se refere ao tema da pesquisa.

A primeira combinação de descritores para a busca foi “práticas* pedagógicas* inclusão*”. A partir dela, foram obtidos 37 resultados. Por meio da leitura de seus títulos, foram selecionados 21 trabalhos e após leitura dos resumos, optou-se por 6 trabalhos.

A segunda combinação de descritores para a busca foi “alvo* educação* especial*”. Foram obtidos 78 resultados, a partir dos quais 18 trabalhos foram escolhidos para leitura de seus resumos e após leitura, 3 trabalhos foram selecionados.

A terceira e última combinação foi “inclusão* especial* alunos*”. A partir dela foram obtidos 131 resultados, dos quais foram lidos os resumos de 35 trabalhos, resultando em 2 trabalhos.

Portanto, na plataforma SciELO, foram obtidos 11 trabalhos do tipo artigos dentro da já mencionada temática de práticas pedagógicas inclusivas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Após leitura detalhada dos trabalhos, foram retirados da pesquisa 7 artigos por seus resultados não demonstrarem relação significativa com os objetivos da presente pesquisa, resultando em 4 artigos para análise.

No segundo momento, a busca foi realizada na plataforma Capes, com o objetivo de encontrar teses e dissertações na temática. Para refinar a busca foram utilizados sete filtros: Em Tipo, as opções Mestrado e Doutorado foram selecionadas; Em Ano, foram delimitados trabalhos de 2015 a 2020; A Grande Área do Conhecimento selecionada foi Educação; Área do



conhecimento, a opção Educação foi selecionada; Área avaliação, Educação foi novamente selecionada, assim como a Área Concentração e o Programa. Para a busca, foram utilizadas três combinações, de uma e duas palavras. Foram utilizadas aspas depois de cada palavra, ampliando o campo de busca que se refere ao tema da pesquisa. A combinação buscada foi “práticas pedagógicas” “inclusão” e “educação especial”. A partir dela, foram obtidos 2.134 resultados. A partir da leitura de seus títulos, foram selecionados 21 trabalhos e após leitura atenta dos resumos, foram escolhidos 11 trabalhos.

Após leitura detalhada, foram retirados da pesquisa seis trabalhos, por seus resultados não demonstrarem relação significativa com os objetivos da presente pesquisa ou por não estarem disponíveis para leitura, resultando em cinco trabalhos para análise. Portanto, na plataforma Capes foram obtidos cinco trabalhos do tipo teses e dissertações dentro da temática práticas pedagógicas inclusivas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Entre artigos, teses e dissertações foram selecionados nove trabalhos, que foram organizados conforme quadros a seguir:

Quadro 1 - Trabalhos selecionados dentro da temática na plataforma Scielo

Indexador	Nome do artigo	Ano de publicação	Autores
Scielo	Professores em transição: produção de significados em atuação inicial na inclusão escolar	2016	MIETO, Gabriela Souza de Melo; BARBATO, Silviane.
	Inclusão e Deficiência Intelectual: Escola Especial e Comum sob a óptica dos próprios alunos	2017	MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves.
	O que pensam as Equipes Diretivas Escolares sobre Atendimento Educacional Especializado	2018	OLIVEIRA, Neusa Denise de; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado.
	Atitudes Sociais e Formação Inicial de Professores para a Educação Especial	2019	TORRES, Josiane Pereira; MENDES, Enicéia Gonçalves

Fonte: Organizado pelas autoras a partir dos dados encontrados na Plataforma Scielo.



Quadro 2 - Trabalhos selecionados dentro da temática na plataforma CAPES

Indexador	Nome da tese/dissertação	Ano de publicação	Autores
Capes	O processo de inclusão da criança com autismo: mapeando práticas escolares e seus efeitos	2015	RODRIGUES, Michely Aguiar
	INCLUSÃO EDUCACIONAL E AUTISMO: um estudo sobre as práticas escolares	2016	GUARESCHI, Tais
	Conhecimentos e concepções de professores acerca do processo de alfabetização da criança com deficiência intelectual	2018	PEREIRA, Rose Mary Fraga
	Inclusão escolar de crianças com altas habilidades/superdotação na perspectiva histórico-cultural	2019	ALMEIDA, Josiane Tarrabaika
	Experiência de práticas pedagógicas na inclusão escolar no ensino fundamental	2019	OLIVEIRA, Simone Luzia

Fonte: Organizado pelas autoras a partir dos dados encontrados na Plataforma Capes.

4 O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Nos trabalhos analisados, identificaram-se duas áreas do conhecimento descritas de forma pontual, a saber: Letramento e Linguagem. Em relação à área do letramento, Pereira (2018) destaca as práticas que envolvem o processo de alfabetização e letramento na educação infantil e no primeiro ano do Fundamental. Sobre a área da Linguagem, o trabalho de Guareschi (2016) evidencia práticas inclusivas através da escrita e outros meios de o aluno se expressar dentro de suas limitações e necessidades.

Os trabalhos de Rodrigues (2015); Mieto et al. (2016); Maturana e Mendes (2017); Torres e Mendes (2017); Oliveira e Cordeiro (2018); Oliveira (2019) e Almeida (2019) não mencionam qual área, pois as práticas são desenvolvidas na escola de modo geral. As práticas pedagógicas encontradas foram descritas no quadro 3:

Quadro 3 - Práticas pedagógicas desenvolvidas e mencionadas nos trabalhos selecionados

Autor	Descrição das práticas pedagógicas
Rodrigues (2015)	<p>“[A pesquisadora observou] para a realização das atividades, Mariá dizia que buscava inspiração pesquisando na internet e também em algumas orientações da supervisora itinerante/sala de recursos. Foi observada uma proatividade relevante dela, pois além de seguir aquilo que Angélica, supervisora itinerante, orientava, ainda buscava complementar o trabalho com as pesquisas próprias. Ela seguia, de forma adaptada, as atividades que Sônia, a professora regente, aplicava na sala, produzindo seu próprio material com objetos reciclados e ainda buscava uma abordagem que fosse ao encontro do que o aluno se interessava.” (p. 83)</p> <p>“Suas atividades, na maioria das vezes, eram elaboradas no intuito de buscar o interesse do aluno, partindo sempre de algum elemento que o agradasse. Essa busca era realizada por meio de conversa com a mãe de Rui ou por atitudes como essa: “Mariá percebe os objetos que mais despertou o interesse de Rui, seleciona e recolhe dizendo que isso será importante para atividades posteriores.” (Profª de apoio seleciona objetos de interesse do aluno com autismo).” (p. 83)</p>



Guareschi (2016)	<p>“[Parecer da professora entrevistada] deverá se investir em atividades de jogo simbólico: brincar de casinha, boneca, panelinhas, dando um significado aos objetos de plástico que são apenas manuseados, colocados na boca, atirados no chão. A criação de desenhos em alto relevo com o recurso da impressora Braille, poderá favorecer o empenho em atividades pedagógicas, e a construção de esquemas mentais.” (p. 118)</p> <p>“[Análise da pesquisadora] a massinha de modelar e a areia são artefatos escolares que poderiam propiciar uma introdução ao brincar, por meio da livre exploração, da mediação da professora que pode moldar pessoas ou brinquedos, construir castelos e desenhar na areia, por exemplo. No entanto, esses elementos parecem ser utilizados para o ensino das letras, enquanto os alunos evidenciam entraves importantes na constituição subjetiva e alterações nas aquisições instrumentais.” (p. 121)</p>
Mieto et al. (2016)	<p>“O professor é um mediador. Ele vai acabar transformando até o agir e o pensar da criança”, formando a personalidade, formando o cidadão; “somos mediadores entre os conhecimentos que estão por vir, pedagógicos, e a bagagem que ele já trouxe. Para que eles possam chegar ao conhecimento e da forma e ritmo deles, respeitando os limites de cada um.” (p. 5)</p> <p>“[A pesquisadora entrevista uma professora] [...] para Alexandrina, há diversas situações de conflito dentro da sala de aula e ela tem que se “desdobrar, descobrir uma forma, pesquisando, tentando”, apresentando jogos pedagógicos, alfabetos emborrachados “(...) bem diversificados, bem diferenciados”, “às vezes eles não querem conteúdo de jeito nenhum”. Afirma que existem dificuldades de ordem material, justificando que no CEE os alunos tinham mais recursos: “eu tô saindo e tô comprando joguinhos”. (p. 6)</p>
Torres e mendes (2017)	<p>“Qualquer licenciatura, seja em ciências exatas ou qualquer outra ciência, que se comprometa a formar professores com o mínimo de preparo para atuarem em uma perspectiva inclusiva necessita contemplar em seu projeto de curso elementos que corroborem esse propósito. Princípios os quais devem ser contemplados desde os objetivos que traçam os propósitos do curso e não apenas na oferta de disciplinas isoladas apenas para cumprir leis, reforçando a ideia de que a Educação Especial é campo separado dos demais.” (p. 13)</p>
Maturana e mendes (2017)	<p>“[A aluna participante da pesquisa fez referência] [...] aspectos externos a sua sala de aula, como quadra, horta, animais da área de equoterapia e as galinhas que ficavam na rua ao lado da escola. Mais uma vez, são abordados os aspectos lúdicos das atividades na instituição especializada.” (p. 219)</p>
Oliveira e cordeiro (2018)	<p>“[A pesquisadora relata] [...] das sete escolas pesquisadas, quatro possuem Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) localizada em seu espaço físico. Das quatro (ED1, ED2, ED4 e ED7) que as possuem, apenas duas (ED2 e ED4) contam com professor de AEE e ofertam esse serviço na própria escola; as outras duas, apesar de possuírem o espaço físico para realização do AEE, não o realizam (ED1) ou apresentam um entendimento de que o AEE acontece na sala comum, a partir do acompanhamento do professor e do monitor de inclusão³ (ED3 e ED7). (p. 09)</p>
Pereira (2018)	<p>“[Dentro da pesquisa a professora relatou que] [...] Do jeito que eu trabalho com alunos que não têm deficiência eu trabalho com ele, só que de uma forma mais aplicada, tem que sentar, é individualizada praticamente para ele alcançar, o mesmo processo que eu utilizo com as outras crianças eu utilizo com ele.” (p. 156)</p> <p>“[Outra professora diz] [...] a gente precisa conhecer a criança, eu vejo, às vezes a utilização da música, a questão da letra, arte porque ajuda o processo cognitivo.” (p.157)</p>



Almeida (2019)	“[A pesquisadora observou em sala] a professora iniciou o conteúdo sobre multiplicação, usando tampinhas coloridas de litros descartáveis, tendo um tambor de tamanho médio, cheio de diversas cores e tamanhos, para representar as operações simples. Iniciando com quantidades bem simples, seguindo para mais complexas, a professora escrevia no quadro a operação e as crianças montavam, utilizando o material concreto em cima da carteira. Aqueles que eram auxiliados pela professora P ³ , a acompanhante e a pesquisadora auxiliavam até que a criança conseguisse realizar sozinha.” (p. 43)
Oliveira (2019)	“[A professora da turma realiza] [...] As atividades diferenciadas, É o projeto político pedagógico, Não tira, É dentro da sala, tem atividade diferenciada.” (p. 52) “[Outra professora relata] [...] a gente trabalha como pode cada um de uma forma diferente o autista tem que trabalhar com rotina com ele tem até aquelas pranchas você já viu? Trabalho com rotina com eles porque o autista tem, não pode sair da rotina até o Down mesmo tem que trabalhar com rotina.” (p. 52)

Fonte: Dados organizados pelas autoras a partir das pesquisas.

Em relação ao desenvolvimento de práticas pedagógicas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial nos ambientes pesquisados, organizaram-se duas categorias. As categorias foram construídas a partir da recorrência e similaridades de informações obtidas na análise.

4.1. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS E ESPERADAS NA ESCOLA

A primeira categoria refere-se às práticas pedagógicas desenvolvidas e esperadas na escola. Nessa categoria estão os trabalhos de Maturana e Mendes (2017); Oliveira e Cordeiro (2018); Oliveira (2019); Rodrigues (2015); Almeida (2019); Guareschi (2016) e Mieto et al. (2016).

Para compreender a visão de estudantes público-alvo da Educação Especial sobre a escola, Maturana e Mendes (2017) pesquisaram estudantes que frequentaram a escola comum e a escola especial. Foi destacada a importância de práticas pedagógicas que tenham como objetivo envolver e colocar os sujeitos (alunos) no centro do processo de escolarização, bem como considerar seus sentimentos e suas próprias convicções, seja na escola comum ou na especial. A pesquisa possibilita a compreensão de que os estudantes destacam as práticas pedagógicas lúdicas ao relatarem o que mais gostam em seu processo escolar, tanto na escola regular como na escola especial.

Ao pensar em práticas pedagógicas, Oliveira e Cordeiro (2018) tornam perceptível em sua pesquisa a Sala de Recursos Multifuncionais com um espaço promotor de tais práticas e destacam a presença de professores especialistas para auxiliar a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. As autoras constataram que dentre as sete escolas participantes da pesquisa, quatro possuem Sala de Recursos Multifuncionais; duas possuem



professor de atendimento educacional especializado; uma encaminha os estudantes para atendimento educacional especializado em outra escola; uma não possui estrutura física e recursos humanos para ofertar o atendimento educacional especializado; e uma possui estrutura física, mas não possui professor especializado. A partir desses dados ressaltam a relação entre a compreensão do Atendimento Educacional Especializado e as práticas que o envolvem, pois, as práticas desenvolvidas nesse espaço são fundamentais para a inclusão.

A partir da fala dos participantes da pesquisa, Oliveira (2019) destaca três categorias de abordagens, organizadas a partir do relato das práticas pedagógicas que são realizadas pelas professoras. Essas categorias podem ser compreendidas como práticas pedagógicas: o atendimento individualizado do aluno público-alvo da Educação Especial; a aplicação de atividades diferenciadas para esse aluno; e a atividade planejada com adaptação, que nessa percepção assegura uma maior inclusão do aluno. Em suas considerações, Oliveira (2019) sinaliza a importância de promover reflexões sobre as práticas pedagógicas inclusivas para que haja novas perspectivas capazes de consolidar uma educação de qualidade para os estudantes público-alvo da Educação Especial.

Em sua pesquisa, Rodrigues (2015) encontrou práticas pedagógicas de diversas naturezas, as quais foram divididas em duas subcategorias, sendo elas: aprendizagens acadêmicas e aprendizagens de valores sociais. Em relação às aprendizagens acadêmicas, a autora notou que as atividades de aprendizagem de conteúdos escolares aplicadas para o aluno especial em sua grande maioria eram imputadas à professora de apoio. As atividades pedagógicas eram elaboradas no intuito de buscar o interesse do aluno, de modo que atendessem ao conteúdo escolar, mas também flexibilização e proximidade com a realidade do aluno. A pesquisa destaca a ação de busca da professora de apoio para encontrar e elaborar atividades que melhor atendessem as necessidades do aluno.

É possível perceber a importância da professora de apoio nesse contexto, mas também a dificuldade da regente em incluir esse aluno aos demais. É válido ressaltar que o espaço escolar deve visar ao sucesso de todos os seus educandos, numa perspectiva de educação inclusiva que vai além da inserção do estudante público-alvo da Educação Especial no ensino regular.

Almeida (2019), em sua pesquisa, nos traz exemplos de práticas pedagógicas e utilização de instrumentos pelos professores. O pesquisador apontou que na escola A, para trabalhar sistema monetário, utilizaram-se embalagens e produtos, calculadora e dinheirinho



para “brincar” de mercadinho. Os estudantes puderam vivenciar de forma concreta a experiência de comprar e utilizar valores monetários. Na escola B, a professora iniciou o conteúdo sobre multiplicação, usando tampinhas coloridas de litros descartáveis, tendo um tambor de tamanho médio cheio de diversas cores e tamanhos para representar as operações simples. A professora escrevia no quadro a operação e as crianças montavam, utilizando o material concreto em cima da carteira. Aqueles que eram auxiliados pela professora de apoio, a acompanhante e a pesquisadora auxiliavam até que a criança conseguisse realizar a atividade sozinha. Evidencia-se assim, de forma concreta nas práticas pedagógicas, aspectos da teoria de Vygotsky, citado por Almeida (2009), que destacam a relevância da mediação do professor e os meios que este utiliza para tornar o processo significativo e experiências que as crianças aprendam com auxílio de alguém mais experiente, mas que poderão realizar posteriormente sozinhas.

A pesquisa de Guareschi (2016) evidencia o campo da linguagem e seu desenvolvimento com os estudantes com o espectro autista. As práticas pedagógicas foram usadas para trabalhar com o aluno a forma pela qual está expressando sua vontade e também o porquê de cada comportamento manifestado, comunicar seus desejos e dúvidas, além de utilizar a escrita de forma significativa e não apenas de forma mecânica.

Guareschi (2006) ressalta que, para a inclusão de estudantes com autismo, são necessárias as práticas escolares que não se centrem somente em conteúdos canônicos, mas contemplem produções que enlacen esses sujeitos aos outros e ao universo simbólico. A autora sugere cantinhos na sala de aula com artefatos do universo escolar, um quadro ou papel pardo na parede para estimular a escrita daqueles que resistem a fazer registros no caderno, uma sala mais silenciosa, quando o barulho ou os colegas estiverem muito invasivos, entre outras práticas. A autora promove uma reflexão acerca da utilização da linguagem, como meio de inclusão e também de compreensão e ressignificação das ações do educando, fugindo de uma visão superficial do aluno público-alvo da Educação Especial e indo para uma visão expansiva, em que são consideradas as vontades, os interesses e as necessidades do sujeito. A aprendizagem e as práticas pedagógicas se tornam significativas nesse contexto.

A pesquisa de Mieto et al. (2016) identifica, nas entrevistas realizadas, estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores divididas em três eixos: Socialização, Educação para Cidadania e Aprendizagem. O primeiro eixo, socialização, é apresentado como convívio em outros ambientes. O segundo, educação para cidadania, refere-se aos valores como respeito e



aceitação às diferenças. Por fim, o eixo aprendizagem é o investimento no estudo, planejamento e implementação das atividades inclusivas. Os valores concretizados nas práticas pedagógicas podem desencadear estratégias que geram contextos favorecedores de novas práticas de interação inclusivas.

Desse modo, Mieto et al. (2016) trazem uma reflexão sobre as práticas inclusivas e o papel do professor, demonstrando que as práticas voltadas para as crianças incluídas podem favorecer novas estratégias e diálogos que intensifiquem a interação. Os estudantes se tornam agentes desse processo de inclusão, dentro e fora da sala de aula.

A presente categoria apresenta práticas pedagógicas desenvolvidas na realidade escolar e que podem contribuir, por meio de sua socialização, para que mais ações sejam pensadas e realizadas no âmbito da inclusão. As dificuldades e práticas que ainda não são efetivas, mas apenas demandadas, também são expressas nas pesquisas, fator que indica que a inclusão é um processo em construção e não está pronta no ambiente escolar. O fato da maioria das pesquisas encontradas pertencerem a essa categoria sinaliza um interesse dos pesquisadores em compreenderem as práticas desenvolvidas em âmbito escolar.

4.2. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A segunda categoria refere-se à importância da formação dos professores sobre a Educação Especial. Nesta categoria estão presentes reflexões sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas, porém destaca-se a questão formativa como uma discussão central à inclusão. Enquadram-se aqui os trabalhos de Pereira (2018) e Torres e Mendes (2017).

Em sua pesquisa, Pereira (2018) mostra que as práticas desenvolvidas envolvem a turma regular juntamente com os estudantes público-alvo da Educação Especial acompanhados da professora de Atendimento Educacional Especializado, com recursos lúdicos e tecnológicos. Porém, ainda que percebam a importância do trabalho voltado à inclusão, a concepção dos professores acerca da educação especial coloca o professor de especialistas dessa modalidade como único responsável pelo desenvolvimento da criança. Fica evidente a falta de conhecimento e condições de trabalho para desenvolver o processo de alfabetização igualitária para todos, fator que destaca a necessidade formativa para que o trabalho inclusivo não seja imputado a um professor, ou grupo, mas sim desenvolvido de forma coletiva com toda a escola.

No que diz respeito à formação dos professores para a Educação Especial, Torres e Mendes (2017) ressaltam a necessidade de os docentes terem, em seus cursos de formação, práticas específicas direcionadas aos diferentes alunos que evitem abordagens de forma



estereotipada e que promovam estudos de como ensinar esses indivíduos, incluindo deficiências e outras condições, para que se possa pensar ao mesmo tempo na individualidade e na diversidade dos alunos.

Torres e Mendes (2017) não especificam as práticas pedagógicas, mas deixam evidente a relevância da formação do professor para que o docente esteja preparado para desenvolvê-las em sala de aula, de forma inclusiva. Porém, nos cursos de formação de docentes, a prioridade acaba sendo dos conceitos teóricos isolados, fator que não proporciona conhecimentos e oportunidades de práticas pedagógicas necessárias aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos seus alunos, dificultando o surgimento de um processo inclusivo em sala de aula.

Portanto, é perceptível que existe uma lacuna no processo de formação dos professores que causa um déficit nos conhecimentos e concepções acerca da Educação Especial, resultando em uma falha ao promover determinadas práticas pedagógicas. Desse modo, Mantoan (2003) afirma ser necessária uma adequação nos cursos de formação de professores em todos os níveis, para que sejam abordadas as práticas pedagógicas de ensino inclusivas, que se adaptem às diferenças presentes na sala de aula.

A partir da pesquisa, percebeu-se que existe ainda pouco material acerca dos estudos sobre as práticas voltadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial, segundo os critérios da pesquisa. Os trabalhos nos quais constam reflexões acerca das práticas inclusivas, em sua grande maioria, não abordam uma área específica do conhecimento, o que expressa a demanda por mais produções que detalhem as áreas nas quais as práticas estão situadas.

Os resultados das pesquisas sugerem que ainda existe uma limitação para as práticas pedagógicas inclusivas. Essa limitação acontece porque algumas escolas ainda não possuem uma infraestrutura que ofereça os recursos necessários para que ocorram tais práticas. Também existe a falta de professores especializados que possam oferecer o atendimento adequado para os estudantes público-alvo da Educação Especial e que tenham a possibilidade de compartilhar conhecimentos com seus pares.

Em muitos momentos, os especialistas na área da Educação Especial são colocados em uma posição de únicos responsáveis pela escolarização, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Esses profissionais são importantes à inclusão, porém, essa atribuição de responsabilidade não condiz com os pressupostos defendido por esse paradigma, que demanda



coletividade por parte da escola. Justificar tal fato com o despreparo dos demais docentes não resolve a questão.

No que se refere aos professores, existe uma lacuna entre a formação e a atuação com a Educação Especial. Esse déficit na formação gera dúvidas na atuação do professor em relação às práticas inclusivas, o que resulta em ações que fogem do propósito da inclusão. A formação dos professores requer mudanças, para que esses consigam adquirir os conhecimentos e as perspectivas necessárias para a prática docente dentro de turmas com estudantes público-alvo da Educação Especial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu a visualização de práticas pedagógicas, atingindo seu objetivo de ressaltar práticas pedagógicas inclusivas destinadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir dessas práticas, percebe-se que diversas são as perspectivas que o trabalho inclusivo assume nos diferentes espaços. Nota-se, também, que não há uma maneira uniforme de promover a inclusão, visto que muitas são as singularidades que precisam ser consideradas para desenvolver uma prática.

A quantidade de produções encontradas na temática remete à reflexão de que práticas pedagógicas não são apenas atividades desenvolvidas, mas relacionam-se com toda a intencionalidade e planejamento por trás dessa realização. Esse fato está expresso nas pesquisas selecionadas, ainda que estas apresentem limites em suas ações, por perceberem a necessidade de melhorar o atendimento aos estudantes, seja em conhecimento, seja em recursos físicos. É importante ressaltar que o campo teórico sempre tem necessidade de pesquisas que evidenciem práticas pedagógicas voltadas aos estudantes público-alvo.

Diante das duas categorias organizadas na pesquisa pode-se destacar que as práticas pedagógicas realizadas apresentam perspectivas positivas, porém não esgotam as possibilidades de atuação e quase sempre eram acompanhadas de ações esperadas ou idealizadas, dando a ideia de busca contínua. Tal constatação remete à característica processual que a inclusão possui, desencadeando uma reflexão sobre a necessidade de buscar formação continuada e constante aperfeiçoamento profissional, para que seja possível estabelecer práticas pedagógicas para promover a inclusão destes estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular.

Fica evidente a importância de trabalhos que utilizem encaminhamentos “tipo Estado do Conhecimento” para a formação acadêmica, pois trazem a possibilidade e a oportunidade de conhecer novas práticas e estratégias, além de ver e conhecer o que já está sendo pesquisado na



área em questão, aprofundando assim o olhar sobre a inclusão, suas possibilidades e principalmente as dificuldades a serem superadas.

É esperado que este trabalho proporcione ao leitor uma reflexão a respeito das práticas realizadas nas escolas, expressando as possibilidades de ação, sejam elas em trabalhos diferenciados, contando com o apoio de professores especialistas, salas de recursos ou até mesmo com um trabalho único para todo o grupo de alunos. Porém, sempre remetendo à necessidade de focar na aprendizagem dos estudantes independente de suas singularidades e a não aceitação de que o aluno passe pela escola sem aprender.

As pesquisas que apresentam práticas pedagógicas propositivas aos estudantes público-alvo indicam um trabalho diverso sendo realizado e, a partir delas, conclui-se que o sistema de ensino, tal como a sociedade, ainda tem muito o que fazer diante da tamanha necessidade de inclusão, porém há movimentos sendo realizados que precisam ser valorizados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Josiane Tarrabaika de. **Inclusão Escolar de Crianças com Altas Habilidades/Superdotação na Perspectiva Histórico-Cultural**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual do Centro Oeste. Guarapuava, 2019.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDBEN - Lei nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-939496>. Acesso em: 19 de junho de 2018.
- BRASIL, Ministério da educação. **Política Nacional De Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 05 de setembro de 2020.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Para um currículo de formação de pedagogos: indicativos. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e Pedagogo: caminhos e perspectivas**, 2002, p. 99 - 128.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.



GUARESCHI, Thaís. **Inclusão Educacional e Autismo: um estudo sobre as práticas escolares**. Tese (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2016.

MADER, Gabriel. Integração das pessoas portadoras de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 44-50.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão e deficiência intelectual: escola especial e comum sob a óptica dos próprios alunos. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 66, p. 209-226, out./dez. 2017

MIETO, Gabriela Sousa de Melo; BARBATO, Silviane; ROSA, Alberto. Professores em transição: produção de significados em atuação inicial na inclusão escolar. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, Vol. 32 n. esp., pp. 1-10, dez 2016.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: Repensar a reforma, reformar o pensamento. 8º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOURA, Margarida Seabra. Revisando conceitos: o necessário exercício da construção da identidade a partir das diferenças. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças na escola**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 45-50.

OLIVEIRA, Neusa Denise de; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. O Que Pensam As Equipes Diretivas Escolares Sobre O Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Educação em Revista**. Belo Horizonte. N 34. E 173991, p. 1-24, 2018.

OLIVEIRA, Simone Luzia de. **Experiência De Práticas Pedagógicas Na Inclusão Escolar No Ensino Fundamental I**. Dissertação (Pós Graduação em Educação). Universidade do Vale de Sapucaí. Pouso Alegre. 62p. 2019.

PEREIRA, Rose Mary Fraga. **Conhecimentos E Concepções De Professores Acerca Do Processo De Alfabetização Da Criança Com Deficiência Intelectual**. Tese (mestrado em educação) – Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 249p. 2018.

RODRIGUES, Michely Aguiar. **O Processo de Inclusão da Criança com Autismo: mapeando práticas escolares e seus efeitos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

ROMANOWSK, Joana Paulian; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. 5º edição. Rio de Janeiro: WVA Editora e Distribuidora Ltda, 1997.



TORRES, Josiane Pereira; MENDES, Enicéia Gonçalves. Atitudes Sociais e Formação Inicial de Professores para a Educação Especial. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25, n.4, p.765-780, Out.-Dez., 2019

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI) pelo apoio e financiamento ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ao qual fazemos parte, pela possibilidade de realizar a presente pesquisa.